

Integralismo Lusitano e Nacional Sindicalismo: movimentos de extrema-direita em contato com ditaduras em Portugal (1913-1932)¹

Felipe Azevedo Cazetta *

Resumo

O trabalho tem como proposta a análise do arcabouço doutrinário do Integralismo Lusitano, liderado por António Sardinha, e de seu desdobramento, o Nacional Sindicalismo. Embora seja explorado, de forma breve, o desenvolvimento do grupo de Sardinha, a ênfase deste estudo recai sobre a relação entre Ditadura Militar iniciada em 1926, principalmente com o Salazarismo, e as análises com relação ao Nacional Sindicalismo. O objetivo da pesquisa fixa-se em examinar o comportamento nem sempre cordial entre movimentos de extrema-direita que coexistiram com ditaduras de mesma envergadura ideológica, utilizando como alvo de análise, com maior vigor o Nacional-Sindicalismo. Assim, a pesquisa traz como objetivo a necessidade de sublinhar os conflitos e tentativas de coexistência entre o movimento chefiado por Rolão Preto e a Ditadura Salazarista, no intuito de destacar que a colaboração entre regimes e movimentos autoritários envolve aspectos complexos, que não são contemplados apenas pelas semelhanças de alvos de ataque ou vizinhança entre os projetos ideológicos.

Palavra-chave: Integralismo Lusitano; Nacional Sindicalismo; Ditadura.

Apresentação

Os anos de 1910 a 1920 foram de surgimento e intensificação de concepções políticas extremistas de direita e esquerda, no intuito de propor alternativas ao cenário de crises e colapsos econômicos, bem como oferecer soluções às pressões populares por maior participação em discussões institucionais. Os elementos conservadores que se enveredaram pelas ideologias de extrema-direita, progressivamente, viram-se impelidos a abdicar do elitismo sustentado para fornecerem espaço à mobilização e politização das classes populares. Essa modificação vinha com o objetivo de constituir bases ampliadas para suas propostas, de um modo geral, respaldadas no corporativismo, em fundamentos

¹ Pesquisa realizada com auxílio da CAPES/PDSE.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

morais cristãos e construção mitológica do passado nacional, no intuito de escorar-se na tradição gerada a partir do esforço de elaboração “histórica”.

Desse modo, o Integralismo Lusitano (IL), movimento surgido entre os anos 1913 e 1914, passou por tais modificações em sua composição teórica e doutrinária. Movimento Monarquista, com bases no corporativismo, destacou-se dos demais estudantes universitários provenientes da elite coimbrã, pelo “[...] elitismo de afirmação intelectual.” (PINTO, 1994, p. 26). Como necessidade de atualização teórica, observa-se o caráter flexível existente entre a teoria sustentada e a prática política, principalmente após a ascensão de Sidónio Pais, em 1917-1918, à presidência de Portugal. O Sidonismo reuniu os aspectos das modernas ditaduras do século XX. Podem ser apontados como elementos existentes em seu curto governo, que forneceram inspiração aos movimentos de extrema-direita em Portugal: o carisma messiânico – Pais era chamado entre seus seguidores de “o Príncipe Rei”, “o Salvador de Portugal”; o potencial antidemocrático, embora tenha sido legitimado através de plebiscito popular; e a exploração de assuntos nacionalistas, bem como a estruturação da representatividade política e social sob as bases do corporativismo (PINTO, 1989, p 45-46).

A experiência sidonista enriqueceu o arcabouço autoritário dos membros do IL e, a partir da década de 1920, levou alguns à simpatia ou adesão ao fascismo. No entanto, o Sidonismo não foi o único meio de adquirir contato com novas formas políticas, tampouco, via exclusiva de atualização doutrinária. O exílio também proporcionou contribuições ao integralismo na década de 1920. A relação mantida com os países que receberam os exilados foi alterada após 1919, ano em que as perseguições e penas de desterro foram decretadas.

Em 1915 foi realizado o ciclo de Conferências na Liga Naval (MARTINS, 2010), encarregadas de dissertar sobre a Questão Ibérica, ou seja, os riscos que Portugal estava submetido, pelo Imperialismo espanhol. Apesar de haver distinções sobre os assuntos e áreas exploradas, as conclusões caminharam para o alerta da possível anexação de Portugal. Os palestrantes foram: António Sardinha (“Território e Raça”, em 7 de abril de 1915) Hipólito Raposo **A Língua e a Arte**, em 21 de Abril de 1915); Luís de Freitas Branco **Música e Instrumentos**, em 5 de maio de 1915); José Pequito Rebelo **Aspectos Económicos**; Ruy Ennes Ulrich **Colonizações Ibéricas**; Vasco de Carvalho **Aspectos Político-Militares**; Xavier Cordeiro **Direito e Instituições**; Luís de Almeida Braga **Lição dos Factos**. Nem todos tiveram oportunidade de apresentar suas palestras,

em função do regresso do Partido Democrático ao poder (MARTINS, 2010, p. 87), porém, os artigos foram publicados em **A questão ibérica** (SARDINHA et al., 1916).

Pequito Rebelo, ainda que dissertasse sobre aspectos econômicos, estabeleceu considerações sobre as relações diplomáticas na Península Ibérica. Destacou os pontos negativos do Expansionismo e do Imperialismo, com exemplos na história nacional, pelo esvaziamento de braços nas terras agricultáveis. Por outro lado, estabeleceu fronteiras entre o Nacionalismo e o Imperialismo “[...] ao definir a via de um método positivo quais os limites do nacionalismo que o livram e degeneram nessa fôrma doentia – o imperialismo.” (REBELLO, 1916, p. 151). Para Rebelo, o Imperialismo seria o efeito colateral do individualismo social, incomum na sociedade municipalista lusitana medieval e do século XVI. Por outro lado, dada a natureza étnico-cultural heteróclita da composição espanhola, o Imperialismo estava imerso nesse meio social, o que representou um risco para Portugal, desde sua formação enquanto Estado-Nação (REBELLO, 1916, p. 163).

Nesse ciclo de palestras, Sardinha possuía percepção distinta da sustentada por Rebelo, mesmo que suas conclusões caminhassem, igualmente, para o temor da anexação. Sardinha manteve contato com o país vizinho desde 1909, com os Jogos Florais de Salamanca (RELVAS, 1998, p. 97), onde adquiriu reconhecimento e inserção na corte espanhola. Esse contato contribuiu para as divergências com Rebelo, apesar de afirmar que: “Castela cubiça-nos desde que é Castela. As suas aspirações nunca satisfeitas são naturaes, são consequentes, como centro de gravitação procurando submeter a parte desgarrada do todo.” (SARDINHA, 1916, p. 26), situou como maior risco de desestabilização de Portugal, aquele localizado dentro de suas fronteiras, ou seja, a ação silenciosa dos estrangeiros do interior (SARDINHA, 1916, p. 13-14).

Não seriam os espanhóis, mas a maçonaria o principal responsável pelo risco de perda da soberania nacional. Desse modo, retomava-se ao tradicionalismo do qual o Integralismo Lusitano lançava mãos, ao retratar a população portuguesa apegada à terra e ao solo, cristã e vinculada às municipalidades de forma corporativa (BARREIRAS, 1982), em detrimento do elemento externo, representado pela maçonaria. Diante dos desequilíbrios políticos e dos espasmos sociais sofridos por Portugal, a invasão de Castela seria realizada através do convite do país: “A solução intervencionista é lógica, e natural como as coisas que o são, quando um importuno nos incomoda e coloca em risco de quebrar o nosso próprio sossego, a nossa própria disciplina.” (SARDINHA, 1916, p. 13) Pelas ameaças de que a instabilidade atravessasse a fronteira, Sardinha

entendia ser a intervenção espanhola compreensível, em vista do cenário interno português. O modo de conter a ameaça estaria na expulsão da maçonaria de Portugal. Feita a estabilização interna, poderia articular relações diplomáticas com a Espanha, sem o risco de anexação. “A fórmula de amanhã em política exterior ha-de ser sem duvida, não a *união-ibérica*, mas a *aliança-peninsular*”. (SARDINHA, 1916, p. 27 – grifos no original) O projeto de aliança peninsular não era unânime, tampouco hegemônico no interior do IL.

As polêmicas em torno do perigo espanhol às fronteiras portuguesas se arrastaram até o fim da década de 1910. Em **A lição de Bismarck**, artigo escrito entre os fins dos anos 1910 e início da década de 1920, e publicado na coletânea **Sob o Pendão Real**, Almeida Braga apresentava sua discordância com Sardinha acerca do panorama político de Portugal e Espanha: “A republica portuguesa tornou-se para Espanha um apetitoso manjar. A anarquia em que vivemos aguçou-lhe o apetite, acendeu a cobiça com que nos olha.” (BRAGA, 1942, p. 320). Apesar de afirmar a maçonaria como uma das origens dos distúrbios sofridos por Portugal, Braga apontava a República como risco em potencial para a soberania. Ao depor a Monarquia, o país tornava-se vulnerável, pois abdicava do pacto histórico selado com a Inglaterra. Além disso, a Espanha, inimiga diplomática tradicional, era vista com desconfiança não apenas por Almeida Braga, mas por grande parte dos membros do IL.

Entre essas tensões internas, refletia-se o eixo teórico do IL, estacionado sob as bases da monarquia orgânica, descentralizada administrativamente e centralizada politicamente. O tradicionalismo era outra das bases de sustentação doutrinária do grupo, por escorar-se no resgate a partir da tradição. Sob essa perspectiva, os integralistas eram adeptos do modelo corporativo municipalista, segundo seus integrantes, presente antes da adesão de Portugal à monarquia constitucional (PINTO, 1994). Conjugado a essas noções, Sardinha alimentava o projeto de **hispanismo** para além das fronteiras da Península Ibérica. Buscava-se o auxílio das ex-colônias, herdeiras de Portugal e Espanha, tal como os integralistas referiam-se aos países latino-americanos. Assim, tentavam agregar apoiadores ao vínculo entre Roma Antiga e Portugal, para tornarem o Atlântico, o *mare nostrum* dos países ibero-americanos. Desse modo, a noção de Império esteve mantida nas projeções do IL (REAL GABINETE PORTUGUÊS DA LEITURA, 1924, p. 68).

Tais concepções entre outras reflexões teóricas encontraram seu ponto de inflexão nas experiências no exílio, mantidas pelos integrantes do IL. Durante a década

de 1910 os integralistas sofreram três degredos impostos pelo Estado ou assumidos espontaneamente. O exílio imposto aos participantes do segundo levante contra a República, ocorrido em 1912, forneceu possibilidade de enriquecimento teórico às posturas reacionárias dos futuros integralistas, expatriados naquele momento. A experiência de desterro contribuiu ao aproximar esses colegas das concepções reacionárias em voga na Europa, especialmente, das ideias advindas da **L’Action Française (AF)**.

No entanto, não se deve sobrevalorizar o papel desse contato dos exilados com os pensamentos contrarrevolucionários de outros países, para a consolidação do arcabouço do IL. Antes de 1914, data da anistia dos participantes das revoltas monárquicas de 1911 e 1912, Hipólito Raposo, assim como outros membros do IL, como José Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz, já havia estabelecido contato com as obras de Charles Maurras. Raposo conta que: “Em Abril de 1911, Alberto Monsaraz e eu [Hipólito Raposo] íamos a Paris numa viagem do Orfeão Acadêmico; êle ficou por lá exilado e eu voltei para Coimbra para acabar o ano e o curso.” (RAPOSO, 1929, p. 31). Sobre essa viagem, Raúl Morodo, pesquisador da Ação Espanhola e do Franquismo, ao analisar as relações mantidas pelos grupos conservadores da Europa latina diz que Raposo “[...] *conoce Maurras y estudia en París.*” (MORODO, 1985, p. 107). Em vista das viagens dos futuros integralistas à França e, do estreitamento de laços pelos expatriados com as concepções contrarrevolucionárias existentes em outras regiões da Europa, a AF forneceu o modelo para as bases teóricas do IL.

Através das concepções específicas do nacionalismo lusitano, permeadas pelos princípios apropriados da **Action Française** e dos escritos de Charles Maurras, havia, de maneira ainda bastante indefinida e contestada internamente, os anseios de alguns membros do IL em retomar a Portugal seu estatuto de potência imperial. Em 1919, degredado de Portugal em virtude de projetos de deposição da República, Sardinha, principal defensor da aliança peninsular, buscou reverter as sensações partilhadas por seu grupo em relação ao país vizinho. Sua escolha pela Espanha como país a recebê-lo no exílio não foi aleatória. Anterior ao julgamento dos levantes contra a República, ocorridos em Monsanto e o da Monarquia do Norte, Sardinha possuía residência em Elvas, cidade portuguesa fronteiriça com Badajoz, na Espanha. Desse modo, seu primeiro abrigo seria na Estremadura, haja vista o conhecimento da região, bem como a situação política para se instalar. Sobre Badajoz, Susana Relvas afirma que: “Esta cidade estremenha já era familiar a Sardinha, que aí prestou apoio a exilados, [...]. Já em

1917, Sardinha estava informado sobre os movimentos contra-revolucionários espanhóis aos quais se juntara a partir de 1919.” (RELVAS, 1998, p. 99). Durante o período do degredo, Sardinha alterou sua perspectiva em relação à política diplomática luso-espanhola.

Quando vim para o exílio trazia contra a Espanha todos os preconceitos da minha inteligência e da minha sensibilidade. [...]. E ainda aprendera lentamente, mas com juízo seguro, a corrigir bastantes das prevenções do meu patriotismo alarmado ao iniciar em abril de 1915 na Liga Naval as conferências da “Questão Ibérica”. (SARDINHA, 1919, p. 1).

Através de suas experiências no exílio, Sardinha buscou alterar a concepção nacionalista do IL de aversão à Espanha. Essa tentativa de revitalizar a Espanha perante o IL proporcionou a inserção de periódicos do movimento naquele país. Relvas apresenta que nesse período Sardinha encarregou-se de divulgar a **Revista Lusitania**, a **Contemporânea**, **A Monarquia** e a **Nação Portuguesa** (RELVAS, 1998, p. 101). A campanha proporcionou a abertura de um posto de vendas de **A Monarquia** em Madrid na Demetria Esteban, Puerta Del Sol, 11 y 12 (BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 1919).² Porém, a alteração das concepções estabelecidas, tal como a Aliança Peninsular, são intenções que não encontraram boa acolhida entre os colegas de Portugal. Em, **A Monarquia** expressava-se ainda em 1919 a desconfiança exposta em 1915 nas conferências sobre a “Questão Ibérica”:

Não discordamos duma política de aproximação com o País vizinho, uma política tendente sobretudo á criação de um grande bloco latino-americano, que nos colocasse ao abrigo de perniciosas influencias externas, sejam inglesas, sejam germânicas. Mas que cuidados, de que melindrosas precauções não teremos de rodear nosso pobre paiz, aniquilado e exausto sob todos os pontos de vista, para podermos estabelecer esse acordo, em bases equitativas, com a poderosa Espanha, cheia de dinheiro e de energias, de força e combatividade. (REDACÇÃO, 1919).³

Tal desconfiança e cautela em relação à possibilidade de formar alianças diplomáticas, por outro lado, não inibiu os integralistas de anunciarem o apoio e boa recepção em terras espanholas, atitude do grupo português perante a questão dinástica

² BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 7 set. 1919. Cota: 5051.

³ BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. Redacção. Nós e a Espanha. In. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 30 out. 1919. Cota: 5051.

acirrada com Dom Manuel II. Em **A Monarquia** informou-se a existência de textos em torno da polêmica em **El Pensamiento Español**, periódico conservador. Além disso, no jornal espanhol, publicaram partes das repostas e explicações dos integralistas:

O jornal de Madrid, **El Pensamiento Español**, diário tradicionalista, [...], consagra dois largos artigos ao **Integralismo Lusitano** na sua atitude de rompimento com o Senhor Dom Manuel II, transcrevendo grande parte da mensagem e toda a declaração da Junta Central e parte da carta de nosso director. (REDACÇÃO, 1919).⁴

Com o exílio, os membros do IL promoveram a divulgação doutrinária nos países onde se instalaram, com alguns casos de sucesso na empresa destinada. Sardinha teve acesso à realeza espanhola, através do contato estabelecido com a nobreza nacional. Em **A Monarquia**, informava estar Sardinha em companhia do Marquês Quintanar, conde de Santibañez del Rio quando: “Foi recebido por Sua Alteza Rial a Senhora Infanta Dona Isabel de Bourbon o nosso redactor principal.” (BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 1919).⁵ A doutrina defendida por Sardinha recebeu a atenção de setores da aristocracia nacional: Santibañez del Rio, por exemplo, apresentou as seguintes palavras ao conhecer as bases doutrinárias do movimento português: “*El integralismo lusitano es joven, vigoroso y flexible. Su ideologia es moderna, aunque vaya a sacar de la tradición los principios de que se nutre. No está atado por una obsesionante idea dinástica, y tiene el espíritu y el cerebro amablemente agresivos.*” (apud RELVAS, 1998, p. 114).

No exílio, a influência de Sardinha na Espanha proporcionou ganhos ao IL. As ideias do movimento foram apropriadas entre os conservadores espanhóis, onde, em contato com as especificidades nacionais, tornaram-se plataforma para formação de um partido conservador congênera ao movimento integralista. Em 1923, Sardinha ofereceu contribuição para a orientação política dessa agremiação tradicionalista (RELVAS, 1998, p. 105). No entanto, nem todos exilados foram bem-sucedidos em seus anseios de propagar as ideias do IL em países que estiveram.

Luís de Almeida Braga foi outro membro do IL expatriado. Pela necessidade de sair do país, por temer as punições que poderia sofrer pelos levantes monárquicos,

⁴ BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. Redacção. Integralismo Lusitano. In. **A Monarquia**: Diario Integralista da Tarde. Lisboa, 5 nov. 1919. Lisboa. Cota: 5051.

⁵ BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. Redacção. Dr. António Sardinha. **A Monarquia**: Diario Integralista da Tarde. Lisboa, 11 dez. 1919. Cota: 5051.

Braga deixava Portugal com as seguintes palavras: “Deixo o Portugal abatido, triste quási envolto num sudário; mas vou achar, na outra banda do mar, um Portugal novo, florido e forte.” (BRAGA, 1942, p. 393). Além do Brasil, Braga percorreu outros países da América Latina e Europa (GONÇALVES, 2009, p. 15). No Brasil, apresentou palestra na Faculdade de Direito de São Paulo, porém foi recebido com frieza entre os círculos conservadores do país. O texto da conferência em São Paulo, de título **Integralismo Lusitano**, incumbiu-se de apresentar alguns aspectos doutrinários básicos do movimento em que fazia parte em Portugal.

O IL foi exposto como “[...] bandeira duma doutrina de reacção, que nas suas linhas definidas compreende uma estética, um filosofia, uma política, uma sociologia nacionais.” (BRAGA, 1921, p. 10). Embora se colocasse enquanto movimento de reacção, rompia com o negativismo da geração anterior, a partir das palavras de Almeida Braga. A tradição que guiava o movimento, portanto, não despertaria o mero saudosismo contemplativo, mas, “[...] compreendeu em fim que era um dever prender-se á obediencia de uma regra unica. Antes de reorganisar Portugal moderno, entende que a primeira necessidade em estabelecer a disciplina de seu proprio pensamento.” (BRAGA, 1921, p. 5). A força da tradição enquanto norteadora dos rumos da Nação, tal como a organização corporativa foram enunciadas como cerne para o sucesso do país, segundo as propostas do IL. “Na reconstrução do nosso organismo político segundo as exigências étnicas e o labor ininterrupto de tradição através de longos séculos, é que ainda havemos de achar a estabilidade que nos garanta a larga paz e a abundante fortuna.” (BRAGA, 1921, p. 9-10). No entanto, não houve qualquer referência à monarquia enquanto modelo ideal para a concretização dessas bases apresentadas, talvez, por procurar apoio dos conservadores republicanos e monarquistas no Brasil. Porém, sua excursão teve pouca projecção no meio intelectual brasileiro.

Desse modo, observa-se como a experiência de exílio foi fundamental para a composição, enriquecimento e expansão teórica do IL. Através do degredo os membros do IL puderam colocar-se em contato com alternativas de conservadorismo e de extremismos de direita, conforme foi significativa a relação entre o movimento de Sardinha e a **Action Française**. Diante das similaridades teóricas, dos alvos de ataque e dos projetos políticos defendidos, o movimento português foi alcunhado, mesmo entre ex-simpatizantes, como reprodução do grupo liderado por Charles Maurras (MARIOTTE, 1917, p. 21-22). A partir de aspectos internos e estrangeiros a Portugal, a radicalização das fileiras integralistas se intensificou.

O encerramento da Junta Central do Integralismo Lusitano, órgão de centralização da teoria do movimento, no início da década de 1920, porém sem a desativação das Juntas Escolares, forneceu liberdade aos membros em atividade para mobilizarem-se e buscarem novas experiências ideológicas (PINTO, 1994, p. 54). Desse modo, a experiência fascista na Itália influenciou o contingente dos membros mais jovens do IL no intuito de conduzir as doutrinas do corporativismo à sua forma mais extremada e mobilizante. Embora houvesse a simpatia declarada à extrema-direita italiana por alguns membros como Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz e Rolão Preto, não se evidenciou uma adesão incondicional e mecânica ao fascismo. Por outro lado, contribuiu para o amadurecimento dos movimentos portugueses de extrema-direita, em que o Nacional-Sindicalismo foi um dos representantes dessas facções.

Nacional-Sindicalismo: Formação e Cisões Internas

A formação do Nacional-Sindicalismo (N/S), em fevereiro de 1932, deu-se através do periódico **Política**, lançado pelos estudantes Dutra Faria, Pinto de Lemos, Pyrrait, António Pedro e António Tinoco, da faculdade de direito. Por iniciativa da Ditadura, o quinzenal encerrou suas atividades em 1933 (MEDINA, 1978, p. 36). Pela sua matriz no órgão formado por estudantes da Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, o N/S teve colaboração tanto em seus aportes doutrinários quanto em suas fileiras de membros do IL, tal como exposto por Rolão Preto, chefe do movimento: “O Nacional-Sindicalismo é, na verdade, o Integralismo Lusitano que se ultrapassa em todos os seus aspectos formais. É a Contra-Revolução que para além de si própria se torna Revolução.” (BARBOSA, 1940, p. 35).

Conforme supracitado, **Política**, composta por alunos da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano demonstrou, desde seu surgimento, sua oposição à democracia, ao liberalismo e ao parlamentarismo. Apesar desse aspecto, com a ascensão de Salazar, a Junta Central noticiou a condenação de qualquer adesão de seus membros às agremiações que não fossem as aprovadas pelo IL, em outras palavras:

Aproveitamos a oportunidade para comunicar a todos os estudantes integralistas de Lisboa que por instruções superiores desta Junta lhes proíbe terminantemente a adesão de quaesquer *formações* de carácter político extranhas ao Integralismo Lusitano e não autorizadas pela Junta Central. (JUNTA CENTRAL, 1929).

Essa notificação provavelmente foi resposta ao discurso de Salazar, na sala do Conselho de Estado em outubro de 1929, quando afirmou suas ações nas seguintes diretrizes: “Nada contra a Nação, tudo pela Nação.” (TORGAL, 2009, p. 150). Tal posicionamento de distanciamento mantido pela Junta Central do IL em relação às intenções do governo foi alterado, diante dos novos discursos realizados pelo Ministro das Finanças, em que se percebia as intenções de Salazar diante da Ditadura. No número 14 de **Política** apresentou-se novo aviso, que suspendia a ordem anterior, como reflexo do discurso de Salazar, de 30 de julho de 1930 na sala do Conselho de Estado:

Tomando as palavras do Governo como um apelo de salvação publica, [o Integralismo Lusitano] declara-se decidido, por intermédio dos filiados nas suas organizações que assim o desejam, o cooperar oportunamente com a ditadura militar em tudo quanto sirva o bem comum e procure realizar a igualdade dos Portugueses perante a lei, condição essencial para efecticar o propósito de União Nacional. (JUNTA CENTRAL, 1930).

Nesse pronunciamento, Salazar afirmou as bases corporativas como suporte ao regime, com a proteção da família, ao eleger a freguesia e o município como bases de sustentação para Nação.⁶ O Estado concebido por Salazar caminhava, assim, em mesma via do IL. Além disso, havia o anúncio da formação da União Nacional (UN), partido único, porém, distinto dos congêneres fascistas, por ser desprovido de autonomia ou poder político. Ao contrário dos demais partidos únicos contemporâneos, a UN foi um meio de neutralizar as forças políticas nacionais, através da cooptação pelo Estado (PINTO, 1992, p. 586). Essa formação salazarista foi contrastante ao N/S, consolidado em 1932. Em função da criação tardia do N/S, em relação aos demais movimentos de extrema-direita portugueses, António Costa Pinto entendeu ser o grupo liderado por Rolão Preto um movimento de síntese dos fascismos. Segundo Costa Pinto, o N/S foi o polo centralizador das propostas autoritárias, alternativas à Ditadura de Salazar. (PINTO, 1994, p. 92). Simon Kuin afirma ter sido o N/S resultado do apelo por rejuvenescimento dos quadros políticos e administrativos em Portugal (KUIIN, 1993, p. 559).

Porém, a adesão de estudantes ao N/S não deve ser entendida de maneira vertical, a atingir todos os quadros do movimento. Os dirigentes eram compostos pela juventude fascista, no entanto, em suas fronteiras e quadros regionais, agregou setores mais conservadores, provenientes das elites locais (PINTO, 1994, p. 99). As distinções

⁶ SALAZAR, Oliveira. **Discurso na Sala do Conselho de Estado em 30 de Julho de 1930**. Disponível em: <<http://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=156>>. Acesso em: 13 maio 2014.

internas, entre juventude radical e franjas conservadoras, além das divergências ideológicas existentes no próprio núcleo do movimento, resultaram em cisões e no não reconhecimento entre os membros do nome Rolão Preto, enquanto chefe de autoridade inquestionável.

Diante da característica politicamente apática do partido único de Salazar, em contraste com a mobilização desejada por Rolão Preto ao N/S, as relações entre as duas lideranças foram férteis em tensões. Nos anos iniciais da década de 1930, a insatisfação de Preto com a organização salazarista não visava à ruptura, ou à superação do modelo, mas a uma maior radicalização do regime, com o objetivo de torná-lo próximo ao fascismo italiano, conforme expunha o líder exilado do N/S: “[...] preciso o temperamento especial dum Mussolini, ardente, imaginativo, iluminado, para conseguir os milagres de ‘souplesse’ e variedade que tornam o Estado italiano actual foco permanente de polarização e renovação de entusiasmos.” (BARBOSA, 1940, p. 86). O contraste entre o Ditador distante das grandes mobilizações e a espera por um líder condutor proporcionou embates entre Salazar e Rolão Preto, com consequências negativas para o último.

O líder do N/S demonstrou suas diferenças ao projeto sustentado por Salazar, através de correspondências endereçadas ao Presidente da República em 1 de maio de 1931. Nessa carta, requisitava para seu movimento de extrema-direita um lugar de destaque no regime, pois seriam seus membros os “[...] únicos e vigilantes defensores da Ditadura [...]” visto que: “Nenhum dos homens que constituem o actual governo da Ditadura contribuiu, de perto ou de longe, para o Movimento de 28 de Maio.” (BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, 1931, p. 1).⁷ Ainda nessa carta, Preto acusava o regime de deficiência quanto à originalidade doutrinária, “[...] onde apenas se limitou a perfilhar o que já estava enunciado pelos precursores do Nacionalismo.” Os poucos resultados, segundo Preto, demonstravam-se também pelo baixo número de realizações das quais a Ditadura proclamava serem “[...] necessárias e urgentes.” (BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, 1931, p. 1-2).⁸ Assim, o líder do N/S afastava Salazar dos movimentos “revolucionários” que se instalaram no

⁷ BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Espólio César Oliveira**. Carta enviada a Sua Ex^a o Snr. Presidente da República pelo chefe do N.S. Dr. Rolão Preto. 01/05/1931. Cota: FG0049-CO49. p.1.

⁸ BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Espólio César Oliveira**. Carta enviada a Sua Ex^a o Snr. Presidente da República pelo chefe do N.S. Dr. Rolão Preto. 01/05/1931. Cota: FG0049-CO49. p. 1-2.

poder em situações semelhantes às vistas pela Ditadura de 28 de maio, em referência implícita ao fascismo italiano.

No entanto, alguns colaboradores de **Política**, que posteriormente se inseriram no N/S, ainda nos fins da década de 1920, afirmavam ter a Ditadura Portuguesa não só originalidade doutrinária, como ser antecedida por preparação intelectual, como salienta Mario Cardia: “A ditadura espanhola não teve como a italiana ou a portuguesa, uma preparação intelectual [...]” (CARDIA, 1929. p. 2). As opiniões de Preto não foram unânimes entre os membros do N/S, o que resultou em questionamento de sua chefia, em disputa com o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar.

Embora os nacional-sindicalistas em Portugal entendessem o risco de serem diluídos pela UN ao inserirem-se no projeto político de Salazar, percebiam que essa seria a única possibilidade de participarem do Poder. Diante da oposição de Preto aos rumos do regime, uma facção do N/S colocou-se abertamente simpática à intenção de comporem com a Ditadura, à revelia de seu líder. O chefe distrital de Braga, Cerqueira Gomes, expôs essas divergências em discurso, ao afirmar que o N/S estava ao lado de Salazar e dentro do regime, mesmo reconhecendo que as realizações da Ditadura fossem parciais em relação às expectativas do movimento: “Eis nos, pois, em presença da obra, do Dr. Salazar, da organização do Estado Corporativo. Por isso, nós estamos, hoje, com o Poder, porque a obra do Poder é a realização, embora parcial, de aspirações nossas.” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1933).⁹

Essas fissuras internas, com a tensão entre a chefia de Salazar e Rolão Preto, tornaram-se evidentes em 27 de novembro de 1933, em reunião convocada pelo Conselho Diretivo do N/S. Nessa ocasião, as pautas refletiam o cisma no interior do movimento, pois entre os objetivos a serem alcançados, apresentados na ata redigida por Monsaraz: “Tratava-se da reorganização do movimento N.S. (primeira parte da moção) e da fixação da attitude política (segunda parte) devendo definir-se junto do governo a sua autonomia, ou as condições de uma colaboração com elle dentro da mesma autonomia.” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1933).¹⁰ Em via oposta ao esperado, ocorreu a ruptura definitiva do N/S, diante dos impasses resultantes dos debates.

⁹ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Discurso do Chefe distrital de Braga Dr. Cerqueira Gomes**. Barcelos, 14/01/1933. Cota: AOS/CO/PC-3F.

¹⁰ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Ata do Conselho Diretivo do Nacional-Sindicalismo**. 27/10/1933. Cota: AOS/CO/PC-3F.

A origem da polêmica fez-se em torno da proposta de suspensão de Rolão Preto enquanto Chefe visível do movimento. Em segunda rodada de negociações, igualmente improdutiva, cogitou-se a manutenção da chefia, porém, pela supressão do cargo de Secretário Geral, e, portanto, com afastamento de Alberto Monsaraz do movimento. A reunião foi esvaziada pela oposição a Preto e a Monsaraz, como repúdio às medidas tomadas: “O Dr. Eusébio Tamagnini e o Dr. José Cabral retiram-se, declarando que recausavam [?] a sua liberdade de acção, sahindo também o Dr. Pires de Lima por necessidade de partir imediatamente para o Porto.” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1933).¹¹ Desse modo, houve o esvaziamento do movimento conduzido por Rolão Preto e Alberto Monsaraz por parte dos simpáticos a Salazar e, paralelamente, formação de um novo N/S cordial ao ditador. No entanto, essas intenções já haviam sido anteriormente articuladas entre a oposição a Rolão Preto com Salazar, conforme se expôs nas correspondências, onde se relatava ao Presidente do Conselho o ocorrido no dia 27:

Conhece Vossa Excelencia os esforços feitos, desde há meses, por alguns elementos nacionais sindicalistas, no número dos quais se contam os sinatários no sentido de, com dignidade e sem pensamento reservado, se fixar posição nos quadros políticos do Estado-Novo, à organização nacional-sindicalista. / [...] / Julgada necessária por uma parte do C.D. [Conselho Directivo] a disciplinação do então “Chefe”, pela sua integração na orgânica do N.S. e a demissão do Secretario Geral, cuja acção foi julgada perniciosa, foi por fim votada a matéria, verificando-se que a maioria resolveu no sentido da demissão. / Viu-se a seguir a parte vencida do Cons., se recusou a cumprir e acatar a decisão. / [...] / Verifica-se que possível, apesar do ocorrido, manter a força da organização e pô-la em condição de colaborar honradamente com o regime do govêrno vigente, ao lado das demais forças políticas que o apóiam. (REGO et al., 1933).

A partir do caráter extremista de direita alternativo ao Salazarismo, desde seu surgimento o N/S passou a rivalizar-se com o regime. Através de sua formação paramilitar e mobilizante, consolidou-se como concorrente do partido único de Salazar, a UN, na disputa por arregimentar membros. É importante sublinhar que apesar da formação da UN acontecer em 1930, Salazar não forneceu grandes obstáculos ao desenvolvimento do grupo de Rolão Preto até o ano de 1933. O ditador manteve distância cuidadosa entre seu regime e as forças nacional-sindicalistas, tolerando passeatas esteticamente fascistas, com bandeiras, hinos e fileiras uniformizadas em marcha organizada, que aconteciam desde setembro de 1932. Porém, com a progressiva

¹¹ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Ata do Conselho Directivo do Nacional-Sindicalismo*. 27/10/1933. Cota: AOS/CO/PC-3F.

organização e a intensificação do teor das críticas ao governo, assim como a recorrência de marchas e cerimônias comemorativas, o distanciamento estratégico foi abandonado. Desse modo, as perseguições e tentativas de desarticular o N/S, ou ao menos trazê-lo para o interior da UN intensificaram-se a partir de 1933. Costa Pinto registra essa impaciência de Salazar: “A 28 de Maio de 1933, enquanto os fascistas marchavam em Braga em comemoração ao golpe de Estado de 1926, Salazar denunciava os ‘sempre febris, excitados e descontentes [...] que continuarão gritando diante do impossível: mais! mais!’”. (SALAZAR apud PINTO, 2010, p. 47). Como resposta a críticas dessa natureza, e investidas do ditador, Preto indagava em circular distribuída ao público: “Crítico, discordar, pedir mais e mais seria querer derrubar Salazar para o substituir?” (PRETO, 1934).

Essas tentativas de ruir com o movimento e fragilizar a autoridade de Preto no interior do Nacional Sindicalismo foram relatadas em carta ao Presidente do país. Nesse documento assinado por Preto, narrou-se o assédio do Salazarismo ao N/S, mas apresentou-se também ataques à UN e à forma como Salazar conduzia a “Revolução Nacionalista Portuguesa”, em referência ao golpe de 28 de maio de 1926. Nessa carta Rolão Preto expôs seu descontentamento com a censura à qual Portugal estava submetido: “Mercê das circunstâncias em que vegeta a imprensa – banido todo o direito de crítica, impedida toda a possibilidade de controle – a opinião pública portuguesa vive sob o signo da mais ilusória das aparências, [...]” (PRETO, 1934a). Sob essas palavras, não havia a defesa da democracia, porém a reivindicação por maior espaço para a promoção de seu movimento, como alternativa ao regime ditatorial. Desse modo, imediata à crítica da falta de liberdade imposta à imprensa, houve a exposição dos assédios de Salazar ao seu movimento:

Levou-se a injustiça – casouico [*sic*] na história política contemporânea – a tornar privilegiado um grupo que do N.S. se afastou e a quem exclusivamente é permitido considerar-se N.S. salazarista incondicional, vendo nos nós, os que fundámos e organizamos este Movimento, impossibilitados de nos afirmarmos como taes em público. (PRETO, 1934a).

Preto atacava Salazar por distanciar o Estado Novo dos moldes de mobilização visto em regimes fascistas, além do progressivo afastamento dos homens de 28 de Maio da atual Ditadura: “Em Portugal a situação nacionalista não coincide, repetimo-lo, com o poder saído da Revolução.” (PRETO, 1934a). Ao comparar a situação da Espanha, imersa na guerra civil, que culminou com a ascensão de Franco, Preto expôs os

problemas resultantes de um partido único frágil. Nesse sentido, atacava a UN criada por Salazar, ao dizer que:

Lá como aqui, havia uma pseudo União Patriótica, ou Nacional, de cidadãos desunidos, mental e sentimentalmente antagônicos. Lá como aqui, uma imensa capacidade de olvido por parte das massas desiludidas e apáticas á míngua de entusiasmo, de exaltação patriótica, de esperança, de ideal. Hoje em dia a Espanha agoniza no confucionismo tumultuario que todos conhecem. (PRETO, 1934a).

Além da heterogeneidade política da UN e da fragilidade de poder decisório que acometiam o partido único da Ditadura Portuguesa, o comportamento frio de Salazar foi ressaltado como aspecto negativo do regime. Assim, os regimes português e austríaco eram colocados como semelhantes. Ambos buscaram a instalação de ditaduras autoritárias com baixa mobilização, com partidos únicos como forma de centralizar o poder, não a partir dele, mas sobre ele e apesar dele. No entanto, Dollfuss, chanceler austríaco, em 1934, foi assassinado pelo regime nazista.

A partir do I Congresso da União Nacional e, concomitantes às pressões provenientes do regime, a morte do chanceler austríaco foi lembrada pelos seguidores de Preto. Em mensagem a Salazar, ameaçando-o, diante das similaridades existentes entre as duas ditaduras, havia uma mensagem do NS do Porto:

Exm. Snr Presidente do Ministério – Lisboa
Em resposta á nota que V.Ex^a fêz publicar nos jornaes hontem, nós os Nacionais-Sindicalistas avisamol-o e ao mesmo tempo lembramos-lhe a recente morte do Chanceler austriaco
A União Nacional não passa de uma vigarisse imposta por V. Exa, aqueles que o ajudaram na obra que diz de ressurgimento nacional.
Fique pois por certo que nós não nos desarmamos e esperamos o momento.
Viva Rolão Preto
Viva a Ditadura Nacional Sindicalista
Dos Nacionaes Sindicalistas do Porto. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, s/d).¹²

A deterioração das relações entre os fascistas portugueses e o regime ditatorial foi explicitada pelas demonstrações de força de ambos os lados. À medida que os nacional-sindicalistas organizavam marchas e manifestações, com alguns milhares de pessoas, as mesmas eram duramente reprimidas. João Medina apresentou essa tensão através das comemorações do golpe de 26 de Maio em 1933, na cidade de Braga: “Em

¹² ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Augusto Pires Lima. **Exm. Snr Presidente do Ministério – Lisboa.** s/d.

Ermenesinde, pelas 21:30 horas, os camisas azuis que regressavam de Braga são brutalmente atacados e tem que se defender a tiro, [...]” (MEDINA, 1978, p. 32).

As cartas enviadas ao Presidente da República, portadoras de críticas a Salazar e à forma como dirigia o regime foram os últimos lances dessa disputa entre o NS na clandestinidade e o próprio Salazarismo. A resposta de Salazar ao NS repercutiu na prisão e no exílio de Rolão Preto e Alberto Monsaraz, chefe e secretário-geral, respectivamente. Em carta dirigida a Oliveira Salazar, Rolão Preto expõe o ocorrido:

[...] fui, ao cabo de alguns dias preso em minha própria casa na Beira, trazido para Lisboa, encerrado e incomunicável numa esquadra de polícia e interrogado no dia seguinte – para afinal me ser perguntado se fôra eu ou quem fôra que mandara distribuir, por varios modos, exemplares dactilografados da referida mensagem. (PRETO, 1934b).

A experiência de Rolão Preto no exílio abriu novas possibilidades de diálogos ideológicos, não somente com inclinações autoritárias, embora estas persistissem em suas obras. Nessa nova fase, Preto apresentou críticas à censura de imprensa e à política colonial portuguesa. No entanto, antes mesmo do exílio, os intercâmbios de doutrinas, experiências ou artigos e materiais de divulgação foram estabelecidos com grupos conservadores, católicos, ou politicamente ecléticos fora de Portugal, mas que apresentassem simpatia à causa do IL ou do NS.

Considerações finais

Através da trajetória de formação do NS, passando em revista pelo IL, pode-se constatar a composição heterogênea das doutrinas dos grupos de extrema-direita portugueses. Esses aspectos, tais como o caráter flexível entre doutrina e prática política, a necessidade de atualização das formas de ação e fissuras externas, bem como as fissuras internas são constatados em movimentos de direita extremistas dos anos 1920-1940, tanto na Europa quanto nos países da América do Sul, sendo nesta o maior exemplo a Ação Integralista Brasileira. Além desses pontos, foi possível perceber que o IL e o NS buscaram aproximar-se das Ditaduras de projetos políticos semelhantes, porém, como estas mantiveram propostas divergentes, o pacto estabelecido foi rompido.

Assim, é simplista compreender que, pelo fato de sustentarem mesmo posicionamento ideológico, regimes ditatoriais e movimentos de fora do governo pudessem se entender. As relações são complexas e de trajetórias não-lineares, em que a proveniência ideológica comum de alguns integrantes do IL não corresponde à

similaridade na trajetória política. Embora Rolão Preto e Alberto Monsaraz representassem a oposição ao Salazarismo, Marcello Caetano e Manuel Múrias assumiram cargos administrativos de proeminência no interior da Ditadura, todos estes membros do IL, ainda que se considere a diferença de gerações. Outros casos de simpatizantes, mas não aderentes ao IL conforme o exemplo de Alfredo Pimenta, esboçaram apoio a Salazar, e ao mesmo tempo, simpatia ao fascismo italiano, sem ter envolvimento declarado nesse último.

Conforme apresentou-se, a relação entre movimentos de extrema-direita e regimes ditatoriais foi rica em conflitos, diante da iniciativa das ditaduras nacionais buscarem doutrinar e absorver esses movimentos radicais. Estes últimos, por sua vez, possuíam desejo de mobilizar politicamente os regimes ditatoriais no intuito de moldá-los tal como seus projetos. Desse modo, pode ser percebido neste período do entre Guerras Mundiais os conflitos entre ditaduras e movimentos de direita extremistas, ainda que ambos possuíssem bandeiras comuns e alvos de combate similares.

Lusitanian Integralism and National Syndicalism: extreme-right movements in contact with dictatorships in Portugal (1913-1932)

Abstract

This article proposes to analyze the doctrinal framework of the Lusitanian Integralism, led by António Sardinha, and its unfolding, the National Syndicalism. Although Sardinha's group development is explored briefly, the emphasis of the exams falls on the relation between the Military Dictatorship initiated in 1926 and, mainly, the Salazarism, for the analyses regarding the National Syndicalism. The research aims a) at analyzing the not always cordial behavior between extreme-right movements which coexisted with dictatorships of a same ideological nature; and b) at pointing out the conflicts and the attempts of the movement led by Rolão Preto to coexist with the Salazarist Dictatorship, in order to highlight that the collaboration between authoritarian regimes and movements involves complex aspects, which are not contemplated only by likenesses of attack or neighborhood targets between the ideological projects.

Keywords: Lusitanian Integralism; National Syndicalism; Dictatorship.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Discurso do Chefe distrital de Braga Dr. Cerqueira Gomes.** Barcelos, 14/01/1933. Cota: AOS/CO/PC-3F.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **Ata do Conselho Diretivo do Nacional-Sindicalismo.** 27/10/1933. Cota: AOS/CO/PC-3F.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Augusto Pires Lima. **Exm. Snr Presidente do Ministério – Lisboa.** s/d.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Espólio César Oliveira.** Carta enviada a Sua Ex^a o Snr. Presidente da República pelo chefe do N.S. Dr. Rolão Preto. 1931-05-01. Cota: FG0049-CO49. p. 1-2.

BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. **A Monarquia:** Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 27 ago. 1919. Cota: 5051.

BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 7 set. 1919. Cota: 5051.

BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. REDACÇÃO. Nós e a Espanha. In. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 30 out. 1919. Cota: 5051.

BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. REDACÇÃO. Integralismo Lusitano. In. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 5 nov. 1919. Lisboa. Cota: 5051.

BIBLIOTECA JOÃO PAULO II – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Espólio António Sardinha. REDACÇÃO. Dr. António Sardinha. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Lisboa, 11 dez. 1919. Cota: 5051.

CARDIA, Mario. Coisas de Espanha. In: **Política**: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Lisboa, Ano II, n.º 9, p. 2, 8 dez. 1929.

JUNTA CENTRAL. Nota oficiosa. **Política**: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Lisboa, Ano II, n.º 9, 8 dez. 1929.

JUNTA CENTRAL. Nota oficiosa. **Política**: órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Lisboa, Ano II, n.º 14, 31 ago. 1930.

PRETO, Rolão. **Para Além dos Ódios Desvairados os Direitos Serenos da Justiça**. 01 maio 1934. PT/TT/PIDE/001/00589.

PRETO, Rolão. **Nacional Sindicalismo**: Camaradas. 20 jun. 1934a. PT/TT/PIDE/001/00593.

PRETO, Rolão. **Nacional Sindicalismo**. 10 jul. 1934b. PT/TT/PIDE/001/00606.

REAL GABINETE PORTUGUÊS DA LEITURA. Redação. A Festa da Raça. **Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista**. Lisboa, n. 1, 3 série, 1924. CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

REGO, Alvaro de Sousa et al. **Carta ao Excelentíssimo Senhor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho**. 30 nov. 1933.

SALAZAR, Oliveira. **Discurso na Sala do Conselho de Estado em 30 de Julho de 1930**. Disponível em: <<http://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=156>>. Acesso em: 13 maio 2014.

Fontes secundárias

BARBOSA, José Plácido Machado. **Para além da Revolução... A Revolução: Entrevistas com Rolão Preto**. Porto: Tip. Aliança LDTA, 1940.

BARREIRA, Cecília. Três Nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da 'Nação Portuguesa' (1914-1926). (p. 1421-1429). **Análise Social**, Lisboa, v. XVIII, n. 72-73-74, p. 1421-1429, 1982.

BRAGA, Luis de Almeida. **Integralismo Lusitano**: conferências na Faculdade de S. Paulo, "Brazil". Porto: Editor A.A. Aguiar, 1921.

BRAGA, Luis de Almeida. A Lição de Bismarck. In. BRAGA, Luis de Almeida. **Sob o Pendão Real**. Porto: Edições Gama, 1942.

GONÇALVES, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro. **Nação e portugalidade na obra literária de Luís de Almeida Braga**. 2009. Dissertação (Mestrado em letras) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

KUIN, Simon. A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. **Análise Social**, v.. XXVIII, n. 122, p. 555-588, 1993.

MARIOTTE (pseud. De Padre Amadeu de Vasconcelos). **O Nacionalismo Racico do Integralismo Lusitano**. Lisboa: Edição do autor, 1917.

MARTINS, Fernando. O segundo integralismo lusitano e o salazarismo: origens, decadência e queda. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez. **História da Política Autoritária**: Integralismo – Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

MEDINA, João. **Salazar e os fascistas**: Salazarismo e Nacional-Sindicalismo – a história de um conflito (1932-1935). Lisboa: Livraria Bertrand, 1978.

MORODO, Raúl. **Los Orígenes del Franquismo**: Acción Española. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

PINTO, António Costa. O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23). **Penélope. Fazer e Desfazer História**, n. 3, p. 45-46, jun. 1989.

PINTO, António Costa. As elites políticas e a consolidação do Salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. **Análise Social**, v. XXVII, n. 116-117, p. 575-613, 1992.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis**: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PINTO, António Costa. Caos e Ordem: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. In: SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez (Org.). **Histórias da Política Autoritária**: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

RAPOSO, Hipólito. **Dois Nacionalismos**: L'Action Française e o Integralismo Lusitano. Lisboa: Livraria Ferrin, 1929.

REBELLO, José Pequito. Aspectos Económicos. In: SARDINHA, António et al. **A Questão Ibérica**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916.

RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. **António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha**: “Pactos de Quinas y Flores de Lis” entre “os semeadores de Nacionalidade”. 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

SALAZAR, Oliveira. **Discursos e notas políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. 125 p. (v. 1).

SARDINHA, António et al. **A questão ibérica**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916.

SARDINHA, António. Território e Raça. In: SARDINHA, António et al. **A Questão Ibérica**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. p. 26.

SARDINHA, António. A descoberta da Espanha. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde, Lisboa, 5 set. 1919. p. 1. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

SARDINHA, António. **La Alianza Peninsular**. Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos**: ensaios de história política e cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. (2 ed. revista. v. 2).

Recebido em outubro de 2014.
Aprovado em fevereiro de 2015.